

Captura Crítica

**PARA O COMPROMETIMENTO COM A PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS:
O ABANDONO DO CINISMO E A RETOMADA DO POLÍTICO NA PESQUISA
ACADÊMICA**

*FOR COMMITMENT TO RESEARCH IN HUMAN RIGHTS: THE ABANDONMENT OF
CYNICISM AND THE RETURN OF POLITICS IN ACADEMIC RESEARCH*

Bruna Martins Costa¹

Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: brubmcosta@gmail.com. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0001-8235-2445>.

Artigo recebido em 03/03/2022.

Aceito em 01/09/2022.

Captura Crítica, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 141-147, 2021.

ISBN: 1984-6096

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



**PARA O COMPROMETIMENTO COM A PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS:
O ABANDONO DO CINISMO E A RETOMADA DO POLÍTICO NA PESQUISA
ACADÊMICA**

*FOR COMMITMENT TO RESEARCH IN HUMAN RIGHTS: THE ABANDONMENT OF
CYNICISM AND THE RETURN OF POLITICS IN ACADEMIC RESEARCH*

Resumo: O presente ensaio traz algumas reflexões sobre como realizar uma pesquisa comprometida com os direitos humanos. O ensaio se distancia das soluções genéricas e fáceis, apresenta algumas estratégias que, a partir das vivências e experiências desta pesquisadora, foram sendo construídas, e indica o abandono do cinismo e do medo à crítica como uma postura desconfortável, necessária e urgente.

Palavras-chave: pesquisa; direitos humanos; crítica; política.

Abstract: This essay brings some reflections on how to carry out research committed to human rights. The essay distances itself from generic and easy solutions, presents some strategies that, based on the experiences of this researcher, were built, and indicates the abandonment of cynicism and fear of criticism as an uncomfortable, necessary and urgent posture.

Keywords: research; human rights; criticism; politics.

1 Introdução

Escolhi usar, na minha pesquisa de mestrado, uma perspectiva interseccional, de(s)colonial e antimanicomial para analisar a condição das mulheres em cumprimento de medida de segurança nos estabelecimentos de custódia e tratamento psiquiátrico no Rio de Janeiro.

Apesar de apresentar no processo seletivo um pré-projeto de pesquisa com discussões de gênero, comecei, efetivamente, a estudar sobre feminismos na pós-graduação. Durante a graduação, aproximei-me do tema de forma militante, intuitiva e sem muita noção da extensa e intensa construção histórica, social, cultural, intelectual que havia nos bastidores do debate.

Ainda que eu tenha mergulhado nos estudos dos feminismos logo nas primeiras aulas, fazendo leituras, participando de debates, virando chaves epistemológicas, não me tornei, em menos de dois anos, especialista no debate sobre Interseccionalidade. Antecipando as críticas e os questionamentos que viriam, dispus-me expressamente a realizar uma análise interseccional e de(s)colonial no meu estudo de caso trabalhado na dissertação.

Participaram a minha banca duas professoras bastante conhecedoras e entusiastas do tema. Eram figuras com quem eu já havia compartilhado grupos de trabalho e algumas conversas. Como esperado, fui bastante criticada na minha escolha teórico-epistemológica, que apesar de esforçada, foi insuficiente.

Talvez a principal questão levantada na defesa da dissertação me levou a pensar sobre como eu queria lidar com as minhas pesquisas a partir daquele momento: se eu queria ser a pesquisadora que continuaria trabalhando com as questões de gênero, no máximo incorporando às teorias feministas *brancas* uma ou outra reflexão sobre classe, racismo, homotranssexualidades, etc., ou se eu mudaria radicalmente de postura, ressignificando minha posição teórico-epistemológica na academia, passando a incorporar, desde o início dos trabalhos, referenciais teóricos negros, racializando o branco, fazendo a crítica da branquitude.

É fato que em ambas as posições receberia críticas. Ao decidir racializar meus debates, provavelmente seria questionada por falar sobre mulheres e homens *negros* sendo uma mulher *branca*. Por outro lado, se eu continuasse pesquisando sobre o homem e a mulher *brancos*, tratando-os como padrões universais, me sentiria cúmplice do mais profundo cinismo.

A minha escolha não estaria pautada na ignorância, mas na opção deliberada de me colocar como *outsider*² a esses debates. Ela estaria orientada pelo receio de explorar um campo de pesquisa que me é estranho e que poderia ser hostil. Eu estaria sucumbindo ao pânico da crítica, ao medo de questionarem a validade das minhas análises e dos meus conhecimentos, forçando-me a situações em que justificativas e explicações seriam exigidas.

Não acho que esse tipo desse receio seja completamente infundado. Eu como mulher *branca* já fui alvo de violências sutis, provocadas por *mansplaining*, pela autocobrança e por inseguranças em relação à relevância das minhas contribuições e às minhas competências. Mas esse sofrimento é, certamente, incomparável aos desafios que pessoas negras, indígenas, de periferia, de zona rural, precisam enfrentar cotidianamente para terem seu conhecimento respeitado dentro da academia.

No que diz respeito às violências sofridas pelas mulheres brancas e negras, a perspectiva interseccional se orienta pela não hierarquização das opressões – em um primeiro momento, de raça, classe e gênero. Entretanto, não é possível desconsiderarmos a observação de Grada

² Tomo a liberdade de fazer um paralelo com a obra de Audre Lorde ([1984] 2019), *Irmã Outsider*, que traz críticas certeiras ao feminismo *branco*, que muito pouco se implicou com o feminismo *negro*, ao mesmo tempo em que demanda adesão e solidariedade dos outros feminismos para as pautas das mulheres *brancas*.

Kilomba (2019), que, ao narrar um trecho de sua pesquisa de doutorado, em Berlim, trouxe que uma de suas entrevistadas, uma mulher *negra*, era vista frequentemente como “estrangeira” e

Nessa constelação, tanto as agressoras como o alvo das agressões são mulheres. As mulheres *brancas*, no entanto, estão em solidariedade não com a mulher negra, mas com presidiárias/os *brancas/os*. A “raça” parece ser mais importante do que o gênero, já que nessa constelação mulheres *brancas* expressam sua empatia com o Nós, isto é, com alemãs/ães *brancas* e *brancos* e não com Nós mulheres, em geral. É a categoria “estrangeiros”, mulheres e homens a que se referem com antipatia, [...]. Tais experiências explicam porque mulheres negras descrevem a opressão que experienciam primeiro em relação à “raça” em vez de em relação ao gênero (KILOMBA, 2019, p. 184-185).

Não me parece que essa afirmação seja à Interseccionalidade, mas um alerta, sinalizando que as opressões precisam, necessariamente, ser encaradas em sua coexistência. Não é possível falar sobre a mulher, o negro, o indígena, o camponês, etc., no singular. É fundamental que levemos em conta a pluralidade dos sujeitos que pesquisam e que são pesquisados.

2 A pesquisa comprometida com os direitos humanos tem qual cara?

Como seria uma pesquisa comprometida com os direitos humanos? Quais caminhos um/a pesquisador/a precisa seguir para que esteja verdadeiramente implicado/a com a questão? Não tenho a pretensão de apresentar, aqui, uma única resposta para esses questionamentos. Ao contrário, objetivo, a partir do breve compartilhamento das minhas experiências, suscitar o debate e a reflexão, para que as/os pesquisadoras/es encontrem suas próprias respostas.

Penso que, mais do que usar um referencial teórico explicitamente do campo dos direitos humanos, a pesquisa comprometida com esta agenda está ligada à ruptura com o universalismo eurocentrado da branquitude. Isso está longe de ser fácil, mas compartilho, aqui, duas estratégias bastante possíveis de serem adotadas.

Primeiro, adotarmos um referencial teórico-epistemológico feminista, antirracista, anti-LGBTQIA+ fóbico, antimanicomial, de(s)colonial, etc. Apesar de ter mencionado, no parágrafo imediatamente anterior, que só essa escolha é insuficiente, considero que um posicionamento teórico-epistemológico contra-hegemônico é um primeiro passo significativo. Ao nos aproximarmos das críticas às teorias tradicionais, ampliamos o nosso campo de reflexão, expandimos as possibilidades de interpretação e análise dos fatos, e fugimos do sedutor mito da “única resposta correta”.

Isso não significa o abandono dos autores “clássicos”. Acredito, inclusive, que uma leitura aberta e atenta a estas produções é riquíssima para que possamos construir críticas sólidas e comprometidas com uma pesquisa de qualidade.

Uma segunda estratégia que considero interessante é a ênfase e a construção de métodos de pesquisa que possam canalizar e potencializar as vozes dos grupos oprimidos. Na pesquisa empírica, esse comprometimento pode se manifestar de algumas formas. Podemos, por exemplo, optar por metodologias que privilegiem a escuta e o diálogo, como entrevistas, observação-participante, grupos focais, etc.

Também penso que um importante passo rumo a produção de uma pesquisa ética e comprometida com os direitos humanos diz respeito ao tratamento que damos ao nosso campo de estudo e os atores que dele fazem parte. Precisamos, com urgência, revisitar a gramática da pesquisa, que atribui ao pesquisador a função de sujeito, ativo, e ao pesquisado o estigma de objeto, passivo.

Os atores com os quais nos relacionamos durante nosso trabalho, estejam eles vivos ou subsistam na forma de registros, de memórias, devem ser tomados como figuras ativas, dotadas de voz, de subjetividade, de autonomia. Nossos relatórios, artigos, monografias, devem ser os mais honestos possíveis, indicando para leitoras/es que estamos, neles, contemplando nossa própria interpretação sobre o universo explorado e sobre as experiências diante das quais nos debruçamos.

3 Considerações finais

Para realizarmos uma pesquisa comprometida com os direitos humanos não há uma fórmula correta e universal. Ao contrário, é um processo desafiador - difícil e até hostil - e demanda de nós pesquisadoras/es grande capacidade de autorreflexão e grande abertura para a crítica.

Não sermos cínicos é uma postura que considero decisiva: podemos negligenciar e optar por ignorar as imbricações de raça, classe, gênero, sexualidade etc., ou podemos propor nos debruçarmos sobre nosso universo de pesquisa, - dialogando com nossos atores - a partir desses marcadores. É possível e honesto admitirmos nossa falibilidade, reconhecermos que somos passíveis de erros e acertos, e estarmos abertos a indagações e questionamentos.

É necessário que aceitemos a crítica sem tratá-la como uma ofensa pessoal, de modo a caráter político. No livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, Safatle (2021)

traz uma interessante reflexão sobre como os problemas sociais foram sendo esvaziados pelo neoliberalismo de seu componente político. Engenhosamente convertidos em problemas de ordem pessoal e individual, a ação coletiva se tornou uma resposta cada vez menos viável, por parecer, ilusoriamente, incapaz de reparar os danos provocados:

Vale a pena ainda salientar como essa psicologização muito específica do campo econômico tendo em vista a eliminação da possibilidade de contestação política a respeito de sua “racionalidade” não deixa de ter, por sua vez, uma espécie de efeito reverso. Efeito esse visível no próprio redimensionamento contemporâneo do campo político. Pois é um dos fatos contemporâneos mais relevantes a redescrição completa da lógica motivacional da ação política em uma gramática de emoções. É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança. É um movimento que parece complementar tal lógica, chegamos rapidamente ao momento em que novas levas de políticos parecem especializados em mobilizar setores da população como se estivessem diante de sujeitos eminentemente psicológicos. Assim, as suas falas são feitas para serem lidas não como confrontações políticas a respeito da vida em sociedade, mas como “ofensas”, como “desrespeito”; suas promessas são permeadas por exortações ao “cuidado”, ao “amparo”. Como sabemos, falas constituem seus ouvintes. Um discurso construído como “ofensivo” visa produzir um sujeito que reagirá como “ofendido”. A fala ofensiva é astuta. Ela procura, inicialmente, quebrar a emergência da reação de “todos”, pois ela singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: “Você ofendeu a sociedade brasileira em mim”. Antes, dizemos: “Você me ofendeu”. O problema parece algo entre “você” e “ela/e”. O problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica (SAFATLE, 2021, p. 21-22).

Na pesquisa, uma forma de iniciar a reversão desse quadro diz respeito às nossas escolhas teórico-epistemológicas e metodológicas, que podem ser críticas e contra hegemônicas. Na pesquisa empírica, a opção por métodos que privilegiam o diálogo e a escuta, bem como a criação de novas gramáticas, que tomem o universo e os atores pesquisados como sujeitos ativos, dotados de autonomia, mostram-se como alternativas viáveis. Parar subvertermos o ciclo neoliberal, colonial, racista, misógino heterocisnormativo da individualização e da psicologização dos problemas no campo acadêmico, precisamos recuperar o caráter político das nossas atividades e produções enquanto pesquisadoras/es.

Precisamos nos responsabilizar pelos percursos que queremos traçar. Para mim, a escolha é muito evidente. Entre o cinismo, ancorado no conforto e na blindagem às críticas, e a construção de fissuras no, ainda, universalista eurocentrado e branco universo da pesquisa, com a exposição a possíveis indagações e questionamentos, fico com a segunda opção.

É urgente que nos questionemos sobre esses medos, sobre nossa resistência às críticas. Talvez o caminho seja aderir a um pacto contra esse cinismo e a favor da valorização e do não apagamento dessas diversas subjetividades.

Referências

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, [1984] 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SAFATLE, Vladimir. “A economia é a psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral”. In: SAFATLE, Vladimir, SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.